Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 127
17 A 23.10.95

O dinheiro vai ser aplicado na reconstrução Angola pediu 639 milhões. Os doadores brindaram Eduardo dos Santos e Savimbi com 1000 milhões de dólares.

Mil milhões de dólares para reconstruir Angola

EXPRESSO, 7.10.95

GUSTAVO COSTA*
correspondente em Luanda

A MESA-REDONDA dos Países Doadores ultrapassou as expectativas mais optimistas. Angola, que tinha pedido 639 milhões de dólares para financiar o Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional, acabou por obter cerca de 1000 milhões (perto de 150 milhões de contos), sem contar com uma série de promessas que dependem da verificação de algumas condições impostas pelos governos que participaram na iniciativa.

As garantias dadas em Bruxelas pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e pelo líder da UNITA, Jonas Savimbi, acerca da irreversibilidade da paz muito contribuíram para o êxito do encontro, que registou um número recorde de contribuições na história das Nações Unidas. Mas também foi apreciado o sólido «dossier» apresentado pelo ministro angolano do Planeamento, Pedro Morais, que traça uma estratégia para o arranque da reconstrução de Angola baseada em três pilares fundamentais: consolidação da paz, reconciliação nacional e prevenção contra o recomeço das hostilidades; estabilização e relançamento das actividades económicas; e a criação de uma solidariedade comunitária baseada no intercâmbio local.

A gestão e a estratégia de aplicação destas verbas serão negociadas com os países doadores, as instituições financeiras internacionais e as organizações não-governamentais envolvidas na execução de projectos concretos. Outra questão ainda por definir é a participação da UNITA na execução e na fiscalização do referido Programa.

A tutela do FMI

Luanda prepara-se agora para encetar os primeiros contactos com todos os interessados. Ficou claro, em Bruxelas, que a comunidade internacional não pretende passar um «cheque em branco» a Luanda.

A libertação das verbas prometidas depende do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), que por sua vez exige como condição «sine qua non» a liquidação de uma dívida de 150 milhões de dólares contraída por Angola junto de vários organismos internacionais.

A Suíça manifestou-se disponível para comprar esta dívida no âmbito de uma iniciativa internacional que será analisada na próxima sexta-feira, em Washington, à margem da reunião anual do Banco Mundial.

O caos existente nas contas do Estado angolano, o **aumento das despesas públicas financiado com emissões de moeda e créditos garantidos com petróleo são os vícios que o FMI quer ver corrigidos imediatamente.**

A criação de uma «conta petróleo» para regularizar as operações entre a Sonangol, o BNA e o Tesouro é uma das soluções propostas para acabar com a anarquia vigente no financiamento externo de curto prazo do sector público, solução que impede a transparência e gera custos insustentáveis, já que por cada 100 milhões de dólares de crédito conseguidos mediante transacções de carregamentos de petróleo o Estado angolano **acaba por pagar 280 milhões** de dólares ao fim do ano pela incorporação de juros implícitos.

Apesar destes condicionalismos, o êxito da conferência de Bruxelas abriu novas perspectivas para a recuperação da economia angolana. Segundo estimativas oficiais, a aplicação sustentada destes investimentos no sector produtivo **poderá gerar, entre 1996 e 1997, uma mais-valia de** cerca de 500 milhões de dólares, que corresponderá neste período a 9,5 por cento do produto interno bruto (PIB).

«Cada dólar investido no programa reproduzirá 0,66 dólares de rendimentos adicionais para a economia angolana — afirmou Pedro Morais. — **E a partir de meados de 1996 a realização progressiva deste plano terá um importante efeito de incentivo sobre o investimento estrangeiro.»**

Infra-estruturas e descentralização

Dada a situação de emergência em que vive a esmagadora maioria da população, o Programa de Reabilitação coloca à cabeça das prioridades a recuperação de serviços de apoio às populações e a criação de condições mínimas para o relançamento de actividades produtivas destinadas ao mercado interno.

Se os fundos obtidos em Bruxelas forem bem aplicados, no plano socioeducativo as autoridades prevêem **«reabilitar mais de mil salas de aulas, permitindo o regresso à escola de mais de 350 mil crianças e mais de 750 postos e centros de saúde pública, abrindo assim o acesso aos cuidados primários a uma população de cerca de 5 milhões de habitantes».**

A aposta no relançamento da actividade produtiva e na recuperação de infra-estruturas de base constituirá a principal fonte geradora de, pelo menos, 1,5 milhões de empregos, cada um dos quais custará cerca de 250 dólares.

Uma inovação em relação ao esquema habitualmente seguido na atribuição de ajudas internacionais à reconstrução diz respeito ao papel atribuído ao sector privado, através de mais de 1600 microprojectos a implantar nas 18 províncias do país e da concessão de créditos a pequenos agricultores, artesãos e empresas familiares.

Com estes projectos, o Governo de Luanda pretende acelerar a transformação da ajuda de emergência em apoio ao desenvolvimento de forma a estimular o relançamento económico, o consumo interno e a substituição de importações.

Para o efeito foi elaborado um programa de transição destinado a permitir a reinstalação, em dois anos, de 3,5 milhões de pessoas deslocadas e a reinserção social de 200 mil desmobilizados. **«Este desafio obrigar-nos-á a dar provas de capacidade de absorção das ajudas, criando em simultâneo um ambiente de menor inflação e de maior estabilidade monetária e financeira»**, afirma Pedro Morais.

A gestão descentralizada dos microprojectos será entregue às autoridades locais, que beneficiarão da assistência técnica do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e de ajudas financeiras directas suportadas por um fundo de apoio gerido pelo organismo da ONU.

Orçamento especial para a paz

Sem esperar pelos financiamentos prometidos pela comunidade internacional, o Governo de Luanda aprovou um orçamento suplementar para a execução de um programa associado ao Protocolo de Lusaka.

A primeira fase deste programa, orçada em 9 milhões de dólares, prevê a construção, em Luanda, de 300 casas prefabricadas para os membros da UNITA que integrarão o futuro governo de unidade e reconciliação nacional e o Parlamento.

O contrato adjudicado à empresa norte-americana Maramar Corporation inclui o fornecimento de 60 casas prefabricadas e de uma fábrica de produção de elementos. Em cada uma das 17 capitais de província serão também construídas 60 casas avaliadas em 660000 dólares e um imóvel que servirá de sede para a UNITA.

Outros sete milhões de dólares servirão para comprar carros para governantes e deputados da UNITA e 100 jipes Land-Rover para os governos locais. Um novo hangar será também construído no aeroporto de Luanda.

A reabertura de 13 eixos rodoviários considerados prioritários no protocolo de Lusaka implicará a construção de cerca de 5500 quilómetros de estradas e de 2520 metros de pontes e uma despesa de 289 milhões de dólares, que poderá ser comparticipada pela comunidade internacional em mais de 90 por cento. A aceleração da reabertura do Caminho-de-Ferro de Benguela entre Lobito e o Bié, até 30 de Março de 1996, custará sete milhões de dólares ao Governo angolano.

*com NICOLE GUARDIOLA

Privados e democracia

DESENVOLVER África, através do desenvolvimento do sector privado, que, ao mesmo tempo, ajudará a sedimentar a democracia no continente, é o sonho de Babacar Ndiaye, ex-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, que esta semana esteve em Lisboa. Durante dez anos, de 1985 a 1995, Ndiaye liderou os destinos do BAD, reestrurando a instituição e levando-a a obter a classificação AAA do «rating» da Standard & Poors. Durante esse tempo lançou a chamada Mesa Redonda dos Homens de Negócios Africanos (African Business Roundtable), onde juntou homens e mulheres de negócio de sucesso no continente africano, que permitiu a criação de um departamento do BAD para o financiamento do sector privado — Unidade Especial do Sector Privado e lançou a ideia da promoção de África no exterior.

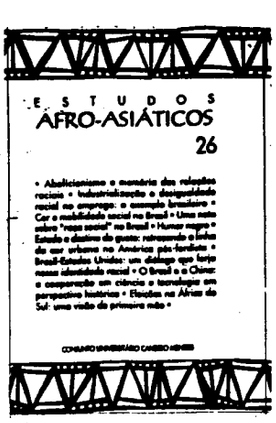
Alberto Frias

Babacar Ndiaye: «Portugal pode ajudar»

«Há mais ou menos cinco anos compreendemos que era necessário introduzir o sector privado nas economias africanas, porque ele é portador de desenvolvimento duradouro», afirma Babacar Ndiaye. E acrescenta: **«As condições económicas de grande parte dos Estados africanos não permitem um maior afastamento da actividade económica, mesmo no que diz respeito à produção».** Disse ainda acreditar que **«dentro de algum tempo, os Estados poderão ceder todas as posições na cadeia da produção ao sector privado e tornarem-se Estados reguladores e regulamentadores que criem as condições necessárias à extensão e desenvolvimento do sector privado».**

No que diz respeito ao sector financeiro, que tão bem conhece, Ndiaye considera que faltam bancos **«puramente africanos»** na África Austral. Bancos de iniciativa africana, mas que **«podem e devem ser participados por parceiros exteriores, o que também ajudará a desenvolver a iniciativa privada e a estabelecer um fluxo comercial e industrial entre África e os países mais desenvolvidos, como Portugal»**, sublinha. Em relação a Portugal, Ndiaye afirma que o nosso país deve tirar partido dos laços históricos que tem com África e do conhecimento íntimo dos seus problemas, podendo apoiar os países africanos **«no domínio agrícola e no desenvolvimento de pequenas e médias empresas».**

EES.



Dhlakama: "*A democracia está em perigo*"

EXPRESSO, 7.10.95

O PRESIDENTE da Renamo, Afonso Dhlakama, diz que não mandou espancar um quadro local da Frelimo na Gorongosa e que o incidente foi forjado para denegrir a oposição e desviar as atenções da opinião pública nacional e internacional da gravíssima situação que se vive em Moçambique. Numa entrevista ao EXPRESSO, por telefone, desde a Beira, o líder da oposição moçambicana mostra-se muito preocupado, afirma que **«a democracia não existe»** e faz graves acusações: **«A Frelimo não mudou, é a mesma de sempre, e o presidente Chissano está mais preocupado com o partido dele do que com a Nação».**

EXPRESSO — Qual era o motivo da sua presença na Gorongosa?

AFONSO DHLAKAMA — Estou a visitar uma série de distritos da província de Sofala, onde a população votou maioritariamente a favor da Renamo, para ouvir as suas queixas e responder às reivindicações que me fizerem chegar.

EXP. — Que tipo de reivindicações?

A. D. — As populações daqui querem que as eleições sejam antecipadas para 1996 ou 1997. Não querem esperar até 1999 para terem um futuro melhor. E a gente de Sofala quer o país dividido pela zona do rio Ave porque acha que a Frelimo está a marginalizar o Centro e o Norte.

EXP. — Que pensa dessas reivindicações?

A. D. — A minha resposta é não, não e não. Queremos respeitar as regras da democracia, preservar a unidade nacional. A divisão do país não resolve nada. Digo que é necessário ter calma, ter paciência, e que eu tenho a ambição de governar o país completo com as dez províncias.

EXP. — Essa resposta têm aceitação?

A. D. — A população diz que não quer continuar a ser vítima dos maus tratos da Polícia, da SISE (serviços secretos), que funcionam como uma polícia política para perseguir, vigiar, espiar e eliminar a oposição, em particular os militantes e simpatizantes da Renamo. Há também uma grande revolta contra a corrupção. O Governo oficializou a corrupção a todos os níveis da administração pública. Por outro lado, os empresários nacionais sentem-se desprotegidos, marginalizados. As pescas, as madeiras, a agricultura, os recursos minerais, todos os sectores da economia são entregues a alguns estrangeiros amigos da Frelimo. A dignidade, a soberania e a independência de Moçambique estão em perigo.

EXP. — É acusado de ter espancado um representante do Governo durante um comício da Renamo na Gorongosa. Qual é a sua versão dos factos?

A. D. — É tudo mentira. Desafio a Frelimo para que jornalistas estrangeiros venham a Moçambique investigar junto das pessoas qual é o comportamento da Frelimo. Vamos propor a formação de uma comissão mista para apurar a verdade.

EXP. — O que é que aconteceu na Gorongosa?

A. D. — Foi a Renamo que ganhou as eleições na Gorongosa. Tivemos 11 mil votos contra 3 mil da Frelimo. Em termos políticos, e segundo o desejo da população, deveria ser um elemento da Renamo a administrar o distrito, mas, de acordo com a constituição de Moçambique, é a Frelimo que exerce o poder local.

Na minha presença, o secretário da Frelimo Rui Frank começou a abusar, a bater e a expulsar as pessoas do local onde eu ia falar, dizendo que éramos bandidos, que a Renamo não tinha o direito de fazer comícios. Quando ele percebeu que estava com problemas fugiu e escondeu-se na casa do administrador, onde elementos da Renamo o foram buscar para o levar até ao comício. Perguntei aos presentes se era este o indivíduo que andava a insultar e a agredi-los e responderam-me «foi ele!». Então eu disse «vou levá-lo à Beira onde estão os grandes dele, para perguntar se é esta a postura da Frelimo». Foi o que fizemos, e no dia seguinte foi entregue ao primeiro-secretário da Frelimo na Beira, que negou que tivesse dado instruções fosse a quem fosse para abusar e insultar os representantes da Renamo. E o caso acabou assim.

Um inc
entre a

Luiz Carvalho

ençaa
ider

EXP. — Mas ele diz que foi amarrado e espancado...

A. D. — Tudo mentiras! Acontece que a Frelimo já tinha mandado publicar um comunicado oficial, o Governo Provincial, o Governo Nacional denunciaram que tinha havido agressão. E como a imprensa, a rádio e a televisão são deles, é esta versão que chegou a Portugal e a todo o mundo.

EXP. — Não será dar demasiada importância ao caso?

A. D. — A situação é grave. Não há democracia. Há uma estrutura de base da Frelimo, os grupos dinamizadores, que por todo o país mandam prender, torturar, matar. As pessoas não têm onde se queixar nem podem falar aos jornais, ninguém pode falar. Quando cheguei a Sofala foi-me apresentada uma lista de mais de 25 jovens da Renamo que foram espancados e estão presos pelo SISE, famílias inteiras são condenadas por serem da Renamo.

EXP. — Que pensa dos confrontos de ontem em Maputo?

A. D. — É o começo. A situação vai piorar. A população, que está excitada com tudo isto, não aguenta. O custo de vida é muito alto e o poder de compra muito fraco.

EXP. — Já expressou essas preocupações ao Presidente Chissano?

A. D. — Já falei com ele muitas vezes sobre a discriminação, as perseguições, a pobreza. Mas ele está mais preocupado com o partido do que com a Nação.

N.G.

Trovoada: "*Tudo é muito estranho*"

EXPRESSO, 7.10.95

O Presidente Miguel Trovoada referiu a existência de uma vontade para continuar a desestabilizar o país

NO TERMO de uma viagem pela Europa, que o levou sucessivamente a Portugal, Espanha, Bélgica e França, o Presidente Miguel Trovoada, de São Tomé e Príncipe, denunciou, em entrevista ao EXPRESSO, a existência de **«uma vontade de continuar a desestabilizar a situação».**

EXPRESSO — O Procurador de São Tomé e Príncipe iniciou um inquérito judicial após as acusações do tenente Taty da Costa que, com o apoio de outros militares, o acusou de estar a par da preparação do golpe de Agosto e de nada ter feito contra ele, por pensar que era dirigido contra o Governo de Carlos Graça. O que responde a esta acusação?

MIGUEL TROVOADA — Vejo isso apenas como uma vontade de criar desestabilização no interior do país. Ninguém minimamente sensato poderá acreditar que um chefe de Estado esteja a par de um golpe e não faça nada para o travar. Estou tranquilo, tanto mais que se provou perfeitamente que o único alvo desse golpe de Estado foi o Presidente. Dizer que eu pensei que ele era contra o Governo é infantilismo, porque disponho de mecanismos constitucionais que me permitem demitir o Governo ou dissolver a Assembleia. Essa acusação é absurda. As pessoas não querem perder o vedetismo que lhes deu o acto ilegal de 15 de Agosto, e talvez estejam também a servir certos interesses que, nas vésperas das eleições, não são muito difíceis de imaginar...

EXP. — Está preocupado com o esse inquérito?

M.T. — De modo algum. O chefe do Estado é acusado e a Procuradoria deve agir.

EXP. — Pensa que os militares estão a ser manipulados por quem?

M.T. — Não sei, mas o que posso dizer é que tudo isto é muito estranho e que se inscreve numa estratégia para as eleições.

EXP. — Acha que o golpe ainda prossegue?

M.T. — Gostaria que cada uma das partes, no quadro do memorando assinado sob a mediação angolana, respeitasse os compromissos assumidos e que, nas Forças Armadas e nas outras instituições, se pudesse funcionar normalmente, cumprindo as leis do regime, que é democrático.

EXP. — Como estão, neste momento, as suas relações com Carlos Graça?

M.T. — São institucionais, ele é o chefe do Governo, eu sou o Presidente, e funcionamos nessa base.

EXP. — Tem total confiança nele?

M.T. — Estamos a funcionar na base do que nos impõe a Constituição.

EXP. — Mas, neste caso, pensa que ele estará envolvido nessa estratégia de que fala e que tem a ver com as eleições?

M.T. — De forma alguma. Não creio que o primeiro-ministro esteja metido em campanhas contra o Presidente da República.

EXP. — Ainda teme pela sua segurança?

M.T. — É óbvio que não existe nenhum dispositivo que possa garantir a segurança do chefe do Estado. Qualitativamente, a situação não mudou e é necessário que esse dispositivo seja criado para que as coisas comecem a funcionar normalmente.

EXP. — Regressa agora a São Tomé. O que vai fazer no que diz respeito à estabilidade e a este caso?

M.T. — Vou analisar a situação e só depois me pronuncio.

EXP. — É candidato às presidenciais?

M.T. — Ainda não tomei uma decisão, mas posso dizer que o golpe não terá influência na minha decisão.

EXP — Com a difícil situação económica de São Tomé e a agitação militar, a democracia pode ser travada?

M.T. — Pode não ser travada se as instituições encontrarem mecanismos para funcionarem normalmente. É indispensável que o Estado afirme a sua autoridade. O que está a ser posto em causa é a imagem do país. Esta minha viagem visa melhorar essa imagem, obter apoios, mas há quem esteja interessado em manter um clima de instabilidade e de insegurança que não permite um trabalho sério. A ideia talvez seja dizer que o regime democrático não é válido...

EXP. — Mas quem? São só os militares?

M.T. — Não sei. Cada um é livre de fazer as análises segundo os elementos de que dispõe.

D.R.

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Missões empresariais em Moçambique

EXPRESSO, 7.10.95

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

DUAS missões empresariais portuguesas deslocam-se a Moçambique nos próximos meses de Novembro e Dezembro, para procurar reforçar oportunidades de negócios, incrementar a cooperação e aprofundar trocas de experiências com os seus congéneres moçambicanos.

A primeira, com cerca de uma dezena e meia de elementos, pertence à Associação das Mulheres Empresárias Portuguesas e virá a Maputo em meados do próximo mês, para contactos com as homólogas locais filiadas na Associação Moçambicana de Mulheres Empresárias (ACTIVA).

Quanto à segunda, o delegado da A.I. Portuense em Maputo, Álvaro Henriques, indicou que a missão da associação que representa em Moçambique tem a chegada inicialmente prevista para 25 de Novembro, com partida agendada para 7 de Dezembro, depois de contactos com parceiros moçambicanos, particularmente com os membros da Associação Industrial de Moçambique (AIMO).

Para Álvaro Henriques, o relacionamento entre empresários lusos e moçambicanos **«nunca esteve tão bem como agora. Os mais recentes contactos têm sido caracterizados por um pragmatismo e realismo que se traduzem em sucessos significativos, dos quais pouco ou mesmo nada se fala. O que vale são os resultados práticos e não programas que nunca são concretizados»**, frisou.

Entretanto, uma fábrica de rações para animais, a Higest Moçambique, cuja empresa-mãe é a Higest Portugal, deverá ser inaugurada nos arredores de Maputo na próxima semana, numa cerimónia que se prevê que seja presidida pelo chefe de Estado moçambicano, Joaquim Chissano.

Portugueses regressam

Teixeira Almeida, promotor do empreendimento e membro da gerência da Higest Portugal, presentemente em Moçambique para participar na inauguração oficial da fábrica, construída de raiz num esforço orçado em cerca de 2,5 milhões de dólares (cerca de 375 mil contos), disse que esta empresa lusa empregará, numa primeira fase, 60 moçambicanos.

Impressionados pelo clima de paz actualmente reinante em Moçambique e pela abertura à iniciativa privada estrangeira, que cada vez mais ganha espaço em Moçambique, alguns portugueses, entre os quais se contam alguns que viveram no país antes da independência, em 1975, estão a manifestar interesse em regressar à antiga colónia, para buscar ou recuperar bens espoliados e actualmente votados ao abandono.

É o caso de José Fabião de Jesus, empresário que até 1975 prosperou na província nortenha de Nampula. Após uma audiência com o Presidente moçambicano, em Agosto passado, recebeu garantias de ver devolvidas algumas propriedades naquela região do país.

Segundo uma fonte do Ministério da Indústria Comércio e Turismo em Maputo, Fabião de Jesus tenciona abrir na cidade de Maputo uma loja de venda de espingardas e cartuchos de caça fabricados na sua empresa em Portugal, aguardando para o efeito «luz verde» do Ministério do Interior. A ser autorizada, tratar-se-á do primeiro estabelecimento do género no Moçambique pós-independência.

A revolta que se segue

EXPRESSO, 7.10.95

ECLODIU rapidamente e de igual modo foi abafada pela polícia uma manifestação que chegou a assumir proporções violentas. Segundo o chefe de Estado-Maior da Polícia da cidade de Maputo, a manifestação foi desencadeada pela camada jovem da população, carente, esfomeada e desesperada devido à galopante e constante subida do custo de vida em Moçambique.

Os jovens que se concentraram na Praça dos Combatentes, um subúrbio populoso e pobre da cidade, antes de espalharem os seus protestos pelo centro, expressam o estado de espírito da grande maioria dos moçambicanos que, silenciosos, continuam a tentar sobreviver face às indescritíveis carências do dia-a-dia.

Uma «provocatória» subida das tarifas dos transportes semi-colectivos de passageiros (vulgo «chapas») de mil para três mil meticais, o desaparecimento, que se regista há dias, do arroz no mercado (quando aparece é vendido em pequenas quantidades e a preços proibitivos) foram o rastilho da revolta num país onde o salário mínimo continua a ser de 158 mil meticais, insuficientes para comprar dois exemplares do EXPRESSO.

Duas horas volvidas, a polícia dizia ter a situação «sob controlo». No entanto, os comerciantes indianos, potenciais vítimas de qualquer manifestação violenta que um dia venha a ocorrer em Moçambique, optaram por fechar as lojas e os armazéns. Os «chapas» também rarearam. **«Ainda nada mudou; o arroz não existe no mercado e o pouco que há não baixou de preço»**, comentou, a um grupo de jornalistas, uma dona de casa que se abeiraram de uma pequena multidão para saber se a agitação tinha terminado.

R.C.

Portugueses querem investir

EXPRESSO, 7.10.95

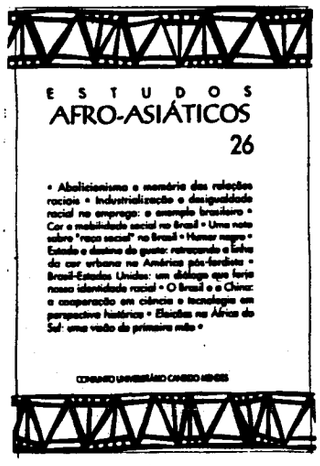
MAIS de 75 empresas portuguesas estiveram reunidas em Lisboa com o ministro angolano do Planeamento, José Pedro de Morais, para conhecer as grandes linhas do programa de desenvolvimento elaborado pelo Executivo de Luanda. Depois de Portugal ter disponibilizado 16 milhões de dólares para o programa de reconstrução de Angola, no âmbito da Mesa-Redonda de Doadores que teve lugar em Bruxelas há pouco mais de uma semana, abrem-se boas perspectivas para as empresas nacionais investirem na ex-colónia, salienta Álvaro Teles, director-geral da ELO (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação). Mas adverte: **«O investimento tem de ser encarado como interessante para a internacionalização da empresa; os empresários têm de fazer um esforço para que a sua decisão de investimento não seja ditada pelo coração.»**

Além das obras de reconstrução das infra-estruturas de base, o sector agrícola e a reconstituição e dinamização das micro-empresas surgem à cabeça dos segmentos que mais procura deverão ter junto dos investidores portugueses. O objectivo é criar um ambiente que interesse tanto a empresários que já tiveram negócios em Angola antes da independência como a novos investidores. Surgem mesmo hipóteses de serem recuperados negócios perdidos com a independência de Angola.

O passo seguinte à doação de dinheiros da Europa e dos Estados Unidos para o desenvolvimento económico e social de Angola deverão ser as afinações a nível de metodologia a ser aplicada pelo programa e as conversações bilaterais entre Luanda e os parceiros. Em relação ao modo como serão aplicados os cerca de 2,4 milhões de contos atribuídos por Portugal, a ELO defende a criação de um grupo de trabalho multifacetado composto por elementos dos dois países, capaz de averiguar as áreas de desenvolvimento mais atractivas para o meio empresarial português. De qualquer modo, a ligação aos agentes económicos terá de passar sempre, no caso português, pelo Instituto para a Cooperação. **«Terá de haver uma colaboração muito profunda entre o meio institucional e os empresários»**, avisa Álvaro Teles.

Segundo o ministro angolano do Planeamento, Pedro Morais, o seu Governo **«aguarda pela tomada de posse do novo Executivo português para encetar contactos bilaterais, com vista a definir os critérios de aplicação e priorização sectorial e geográfica das verbas postas à disposição por Portugal para apoiar o programa de reabilitação comunitária e de reconciliação nacional em Angola.»** O ministro considera fundamental que, **«no futuro, as linhas de crédito não sejam apenas canalizadas para empreiteiras portuguesas, mas diversificadas para outros sectores de modo a que o investimento português marque presença activa também na recuperação da vida comunitária de vastas regiões de Angola»**.

M.C./G.C.



Savimbi: *"A paz entrou nos carris"*

EXPRESSO, 7.10.95

APÓS a sua deslocação a Bruxelas e a Paris, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, afirmou ao EXPRESSO que, desta vez, o processo de paz angolano entrou nos carris de forma duradoura mas, a propósito de algumas questões, voltou a demonstrar que, apesar do tempo de tréguas, não abandonou o tipo de discurso combativo que, ao longo dos anos, o tem caracterizado como político e militar inflexível e determinado.

Confrontado com a recente afirmação ao EXPRESSO do general João de Matos, chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, de que **«o poder militar não se partilha»**, Jonas Savimbi responde: **«Ele pode dizer o que lhe apetecer, mas o que eu digo é que, em mim, não pode mandar, porque não quero, e há também muitos outros angolanos que não querem que ele mande neles** (...) Não sei se é um duro ou não, mas também digo que já esteve reunido comigo e com o Presidente José Eduardo dos Santos e, nessa altura, não veio dizer que queria fazer a guerra».

A questão dos diamantes

Sobre a actual situação na região diamantífera das Lundas, onde o Governo, a UNITA, garimpeiros e aventureiros de todos os tipos e de diversas nacionalidades exploram os diamantes em condições consideradas muito confusas, Savimbi diz não aceitar que as tropas governamentais entrem na zona controlada pelo seu movimento. **«Há duas zonas, uma da UNITA e outra do Governo — aceitamos uma operação geral de limpeza contra os garimpeiros e aventureiros se ela for efectuada em conjunto pelas forças da UNITA e do Governo, mas se o Governo quer fazer isso sozinho, só o pode fazer na sua zona, não na da UNITA»**, esclarece.

O presidente da UNITA aceita, porém, o princípio de que, a prazo, terá de ser estabelecida ordem em toda a região e que a exploração dos diamantes deverá, no futuro, ser efectuada através de concessões a empresas especializadas.

Depois de confirmar que tem, hoje, uma boa relação pessoal com José Eduardo dos Santos — **«falamos de tudo, da família e mesmo de futebol, porque ele gosta muito de futebol»** —, Savimbi confessa que, nos seus últimos encontros, discutiram sempre **«os problemas de fundo porque ambos queremos a paz»**. E acrescenta: **«Os nossos encontros têm de dar resultados, não pode ser de outro modo** (...) **confirmo que já lhe falei na necessidade da partida dos mercenários sul-africanos e ingleses e ele prometeu que ia tratar disso»**.

Sobre a participação da UNITA no projecto financeiro de ajuda à reconstrução aprovado na semana passada em Bruxelas, Savimbi também reivindica um lugar de mais destaque do que o que lhe pretende dar o Governo — que deseja integrar o seu movimento apenas nas regiões onde este está mais implantado: **«Fomos a Bruxelas como parceiros, embora soubéssemos que éramos uma entidade diferente, e agora não queremos ficar de fora, queremos continuar a ser parte da solução** (...). **Tem de haver boa vontade, e a UNITA deverá integrar toda a estrutura de aprovação dos projectos de reconstrução e de ajuda humanitária a nível nacional»**.

Esperança em Guterres

Visivelmente satisfeito com o resultado das eleições legislativas em Portugal, Jonas Savimbi é explícito: **«Cavaco Silva não protegia os interesses de Portugal em Angola; nunca conseguimos regularizar as nossas relações, e agora temos esperança, porque os homens passam e os interesses das nações prevalecem»**.

«Aplaudimos esta promessa de mudança porque queremos que Portugal desempenhe um papel activo e equidistante em Angola», acrescenta, antes de informar que enviou duas mensagens para Lisboa para felicitar António Guterres e o seu **«amigo»** Manuel Monteiro.

Sobre o acantonamento e aquartelamento das tropas da UNITA, diz que, nas próximas semanas, o processo vai avançar com bastante rapidez. **«Não haverá mais guerra em Angola»**, garante.

D.R.

Guerra do arroz: motins em Maputo

PÚBLICO, 7.10.95

NA MANHÃ de ontem, centenas de manifestantes barricaram ruas, apedrejaram automóveis e saquearam mercados em vários bairros de Maputo, em revolta contra a subida galopante dos preços. A musculada intervenção da polícia, que causou pelo menos uma morte, pôs fim aos distúrbios e restabeleceu a calma na capital moçambicana, ao fim de cinco horas de grande nervosismo. Contudo, os manifestantes ameaçam recomeçar, se os preços não baixarem.

Na sequência imediata do aumento de salários anunciado há três semanas, registou-se uma subida galopante dos preços dos principais produtos alimentares dos moçambicanos, sobretudo o arroz. Em poucos dias, o preço do arroz subiu quase cem por cento, e agora o saco de vinte quilos custa 500 contos (cerca de sete mil escudos) enquanto que o salário mínimo nacional aumentou apenas para 218 contos.

A agitação teve início pelas seis horas, em vários locais periféricos, com particular gravidade na Praça dos Combatentes, bairro de Hulene e zona da Lixeira. A multidão, formada sobretudo por jovens, começou por saquear as bancas dos vendedores de rua, após o que montou barreiras na estrada, interrompendo o trânsito e apedrejando os automóveis que forçavam a passagem.

A polícia acorreu rapidamente aos pontos mais quentes, disparando esporadicamente para dispersar grupos de manifestantes. No entanto, a situação permaneceu tensa e, pelas nove horas, os amotinados começaram a queimar pneus e a erguer barricadas nas estradas, sobretudo na zona da Lixeira.

A polícia aumentou os seus efectivos no terreno ao longo da manhã e, pelas onze horas, a calma tinha voltado à cidade. À tarde, a capital moçambicana estava normal, mas ainda se vivia um clima de apreensão, já que os manifestantes ameaçaram voltar hoje às ruas, caso o governo não tome medidas imediatas contra a carestia de vida. Os transportes públicos, que estiveram interrompidos durante a manhã originando imensas bichas nas paragens, retomaram normalmente durante a tarde. Numerosas lojas, sobretudo de comerciantes asiáticos, fecharam as suas portas durante todo o dia, o mesmo sucedendo com muitos estabelecimentos de ensino, incluindo a Escola Portuguesa.

Fontes oficiais anunciaram que a polícia abateu a tiro um saqueador nas imediações do supermercado Pão de Açucar, numa das raras cenas de violência ocorridas na "cidade de cimento". Na maior parte dos casos, os distúrbios tiveram lugar na "cidade de caniço" periférica. As autoridades anunciaram a detenção de "apenas quatro rapazes", mas testemunhas confirmaram que, junto à Praça do Combatentes, a polícia prendeu uma jovem camponesa com um bebé.

Os distúrbios parecem ter sido inicialmente organizados por comités "ad hoc" nos bairros periféricos, ganhando em seguida a adesão de muitos populares, sobretudo jovens e crianças. A eclosão dos protestos parece completamente alheia a qualquer iniciativa partidária ou sindical. O secretário-geral da central única esclareceu, a meio da manhã, que "a OTM está distanciada deste vandalismo", no entanto era esperado ainda ontem um comunicado dos sindicatos exigindo ao Governo uma tomada efectiva de posições contra a carestia da vida. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

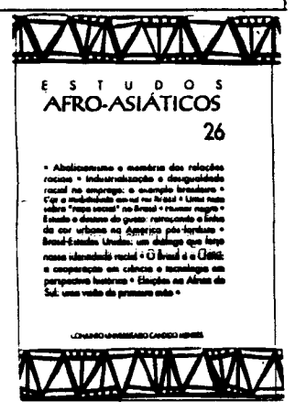
Angola desarma civis

EXPRESSO, 7.10.95

QUINZE milhões de dólares é o montante posto à disposição do Comando da Polícia Nacional em Angola para desencadear em breve uma gigantesca operação de recolha de armas e desarmamento da população civil, apurou o EXPRESSO junto de uma fonte da comissão conjunta responsável pela aplicação do protocolo de Lusaca.

No montante inclui-se o pagamento, em dinheiro e bens alimentares, às pessoas que colaborem com a polícia para a localização de esconderijos de armas e nas rusgas que serão feitas em cidades e vilas de todo o país.

O Governo deverá iniciar, em simultâneo, o aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), que poderá estar concluída em 90 dias. Benguela será a primeira província contemplada, e a cidade de Luanda a última.



Guiné-Bissau

Sindicatos independentes descontentes

PÚBLICO, 8.10.95

PÚBLICO, 9.10.95

QUATRO sindicatos independentes da Guiné-Bissau ameaçam iniciar acções reivindicativas devido ao "incumprimento" dos compromissos assumidos pelo Governo em Abril passado, os quais incluíam "possíveis aumentos salariais a partir de Setembro".

Num comunicado entregue sábado à Agência Lusa, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Transportes e Comunicações (SNTTC), o Sindicato Nacional dos Professores (SINAPROF), o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Judiciais (SNTJ) e o Sindicato Nacional dos Quadros Superiores da Saúde (SINQUASS) "apelam" à participação de todos os trabalhadores naquelas acções, que, no entanto, não especificaram.

Os sindicatos independentes citados afirmam que a única central sindical guineense, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), a quem acusam de "conluio" com o Executivo de Manuel Saturnino Costa, "já não pode promover a luta por melhores condições de vida dos trabalhadores". O "machado de guerra" entre estes quatro sindicatos independentes e a central sindical, que congrega sete sindicatos, foi desenterrado em Maio deste ano, quando a UNTG desconvocou uma greve geral na sequência de uma proposta do Governo para uma nova tabela salarial da função pública.

Segundo essa proposta, o Governo comprometeu-se a rever a tabela salarial dos trabalhadores ainda este ano, para além dos aumentos verificados em Abril, prevendo um aumento dos ordenados, nomeadamente o mínimo, até 50 por cento.

Em termos práticos, o Governo, para além de criar novas regalias sociais, comprometeu-se a pagar, a partir de Setembro passado, e de forma a possibilitar a arrecadação de receitas, um salário mínimo de 450 mil pesos (cerca de 4.500 escudos). Na ocasião, em declarações à Lusa, o secretário-geral da UNTG, Desejado Lima da Costa, afirmou que, dada a existência de negociações em curso com o Governo, a central sindical "viu-se na obrigação de perante a lei desconvocar a greve".

No entanto, os sindicatos independentes protestaram, alegando também que mesmo os aumentos salariais de Abril eram "insuficientes", dado não só o aumento do custo de vida como também a frequente desvalorização do peso e os salários de "miséria".

A 10 de Abril último, o Executivo de Saturnino da Costa decretou o aumento dos salários da administração pública, em média em 50 por cento, embora o mínimo tenha beneficiado de um aumento de 100 por cento, passando de 150 mil pesos (cerca de 1500 escudos) para o dobro.

No comunicado de sábado, os quatro sindicatos alegam que, para além de "nenhum" dos compromissos assumidos pelo Governo ter sido cumprido, assiste-se também "a um agravamento brutal do custo de vida, à manutenção da situação dos salários em atraso e à agudização da miséria em que vivem os servidores do Estado".

Em Janeiro passado, uma greve de docentes paralisou o actividade na maioria das escolas do país. Nos dias 13 e 14 de Abril uma greve geral decretada pela UNTG e independentes teve, segundo os sindicatos, uma adesão de 90 e 95 por cento e, de acordo com o Governo, de menos de 40 por cento. ■

Lusa

Comentário

Torcato Sepúlveda

A luta continua

A LUTA política em Cabo Verde recomeçou. Não só porque em Dezembro ocorrerão as primeiras eleições legislativas, depois do descalabro do antigo partido único, o PAICV, em 1991, mas também porque pela primeira vez se defrontarão vários partidos políticos. Nas eleições de 1991, toda a oposição, dos ultraliberais que hoje dirigem o partido do Governo, o MpD, até a antigos trotskistas — que entretanto cindiram para formar o PCD —, juntaram-se para vencer o adversário comum.

Agora, os antigos amigos de conveniência — liberais do MpD e socializantes do PCD — não estão do mesmo lado da barricada. Defendem projectos diversos. Mais ainda: o outrora partido único, PAICV — apesar do retrato diabolizante que o primeiro-ministro, Carlos Veiga, continua a dar dele — já não é o mesmo sujeito político. Socialdemocratizou-se. Pertence mesmo à Internacional Socialista. Não seria de estranhar, por isso, que — num cenário de maioria relativa — PAICV e PCD se juntassem para constituir um Executivo. Esquecendo agravos antigos. Hoje, ex-trotskistas e ex-estalinistas prosseguem os mesmos objectivos: não deixar que um país pobre seja dirigido por teorias que podem ser convenientes nos EUA, mas desastrosas em África. A ver vamos.

Depois das legislativas, virão as presidenciais. O actual Presidente da República, Mascarenhas Monteiro, recebeu já o apoio do partido governamental. Ao MpD agrada-lhe a sua quase inexistência política. Não incomoda. Ao PAICV não agrada nada. Fala-se, na Cidade da Praia, da candidatura do ex-primeiro-ministro Pedro Pires. Porém, se o PAICV tiver receio de avançar — a sua imagem de partido único, durante quase duas décadas, ainda o marca muito ante o eleitorado —, há sectores pêcêdistas que não estão dispostos a abandonar o combate. O seu candidato seria Jorge Fonseca, vice-presidente do partido. Porque não seria saudável um candidato presidencial único, após umas legislativas renhidas. A ver vamos.

Quando, na Cidade da Praia, se fala das responsabilidades que a gente do PCD também teve — quando esteve no Governo — no esvaziamento dos poderes presidenciais, a resposta das oposições é invariável: "Se Monteiro, com poucos poderes nada fez, o que faria com poderes suplementares? Nada." Também por isto as eleições legislativas serão importantíssimas em Cabo Verde. As possíveis alterações constitucionais estarão dependentes delas. Porque parece pouco provável que alguém — mesmo do PCD, mesmo com responsabilidades no poder mitigado da Presidência — queira exercer o cargo com tão pouca influência. A ver vamos. ■

Jorge Fonseca, dirigente do PCD, fala ao PÚBLICO

Contra a maioria absoluta também em Cabo Verde

PÚBLICO, 9.10.95

Torcato Sepúlveda

O ex-ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Jorge Fonseca, hoje na oposição, considera que a maioria absoluta do MpD foi maléfica para a jovem democracia de Cabo Verde: "Obrigar o partido do Governo a considerar os seus adversários políticos será positivo para o sistema." E acrescenta: "Gostaria que fosse o PCD a fazer a experiência." Vai soar a hora das eleições no arquipélago crioulo.

Jorge Fonseca sobre o PCD: "Somos um partido de centro, que na Europa seria considerado de centro-esquerda"

Jorge Fonseca — ex-trotskista; ex-membro do PAIGC; ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo do MpD, saído das primeiras eleições livres, em 1991; fundador e vice-presidente do PCD, cisão à esquerda do MpD — está em Portugal para fazer campanha eleitoral. Nas comunidades cabo-verdianas aqui residentes.

Na opinião de Jorge Fonseca — que como todos os cabo-verdianos tem um nominho, Zona —, as próximas eleições legislativas, em 17 de Dezembro, não proporcionarão uma maioria absoluta a qualquer das forças em presença. Enquanto, em 1991, o Movimento para a Democracia (MpD) conseguiu uma maioria esmagadora porque se assumiu como frente popular contra o partido único, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), futuro e actual PAICV, as ilhas crioulas do Atlântico entraram agora na fase democrática. Já não existem apenas dois grandes partidos, MpD e PAICV, mas também uma organização poderosa, a sua, o Partido da Convergência Democrática (PCD). Que não alinha com o socialismo tradicional do antigo partido único, o PAICV, nem com o ultraliberalismo dos agora detentores do poder, o MpD... Para já não falar da velha União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), ou do recente Partido Social-Democrata (PSD).

Jorge Fonseca considera, aliás, que a maioria absoluta, na qual ele participou como ministro dos Negócios Estrangeiros, foi maléfica para uma jovem e incipiente democracia como a cabo-verdiana: "Obrigar o partido do Governo a considerar os seus adversários políticos será positivo para o sistema democrático." E acrescenta: "Gostaria que fosse o PCD a fazer a experiência."

Menos Estado ou Estado eficaz?

Zona acha que a governação do MpD não foi "dialogante"; foi mesmo "arrogante". Não estabelece paralelismos com a recente vitória socialista em Portugal, porque nada se pode comparar em política, sobretudo quando os países pertencem a continentes diferentes. Porém, contra o "slogan" do MpD, "Menos Estado e melhor Estado", defende, para um posível Executivo do PCD, "O Estado necessário, o Estado eficaz". Porque o país é pobre. Porque sofre da seca saheliana; porque os roteiros normais da emigração cabo-verdiana — EUA, Holanda e Portugal — se estão a fechar. Há pois que tornar Cabo Verde um país "viável".

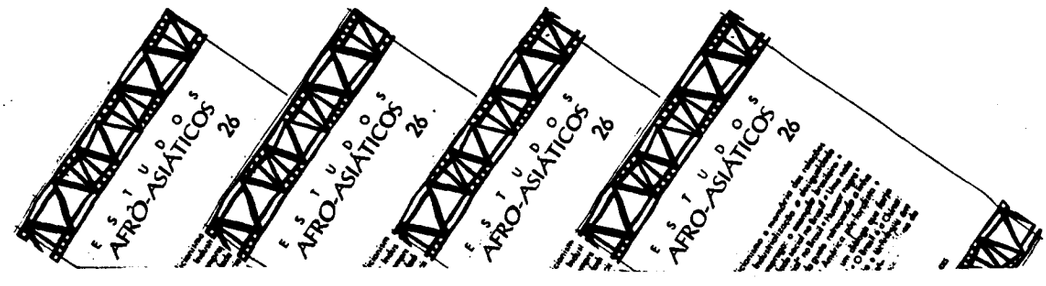
O PCD arroga-se parte de um direito político que o MpD lhe nega. Quando cindiu do partido maioritário (ver PÚBLICO de 9/9/94), de 50 membros da direcção nacional tinha 27; na comissão política, de 15 membros, 11 eram dele. Para influenciar as próximas eleições legislativas, Fonseca considera este passado importante. Mas não é só com ele que conta. Conta também com as distracções do poder. Distracções graves: crescimento anárquico da capital, a Cidade da Praia, tão anárquico, tão anárquico que acabou por provocar o surto de cólera que ameaça atingir todo o arquipélago (ver PÚBLICO de 7/10/95); desprezo pela agricultura e pescas; falta de uma política de habitação, nomeadamente para os jovens.

Segundo Zona, esta "irresponsabilidade" tem provocado fenómenos incontroláveis de desordem. As populações rurais, abandonadas, recuam para as cidades, inchando-as: constroem-se casas sem condições, sem esgotos e sem água, que ainda assim não chegam; os jovens (e Cabo Verde é um país no qual a juventude impera), entregues à sua sorte, começam a ser dominados pela droga. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do MpD — e antigo militante do PAIGC, do qual foi expulso, no final dos anos 70, por desvio trotskista — não se conforma. Está contra a falta de água canalizada e de saneamento básico; contra o loteamento clandestino de terrenos. Mas, também, contra a destruição de bairros clandestinos sem que alternativas sejam dadas aos populares. Como os de Stª Rosa, espoliados de suas casas.

A luta eleitoral entre o ultraliberalismo do MpD e o socialismo mitigado do PCD — "Somos um partido de centro, que na Europa seria considerado de centro-esquerda", afirma Jorge Fonseca — será dura. Porque o PCD (não deve esquecer-se que, neste contexto, o PAICV terá também a sua palavra) sustenta a participação das pessoas nos programas a lançar para lhes melhorar a vida: desde a construção de barragens para a captação de água que os camponeses esperam, até à edificação de casas com que os jovens sonham. "O Estado necessário, o Estado eficaz" vai ter muito que fazer: programa específico de combate à pobreza; participação do povo no desenvolvimento rural; generalização de técnicas e métodos científicos aos camponeses, etc., etc. Combate antigo, combate muito antigo...

Português e crioulo

Jorge Fonseca defende — ele é um poeta lusófono (ver suplemento "Leituras", de 15/7/95) — o estreitamento das relações com Portugal; a língua portuguesa que não considera contraditória com a utilização e aprofundamento do estudo do crioulo: "A afirmação da identidade cabo-verdiana passa pela afirmação das duas línguas", diz. E sente-se que diz o que sente. Mas lembra aos portugueses que, desde que habitem em Cabo Verde, podem votar nas autárquicas, o que não acontece com os cabo-verdianos em Portugal. Exige, por isso, que o Governo de Lisboa assegure aos seus irmãos os mesmos direitos. Direitos que devem passar por regalias aparentemente menores, mas que para eles, pobres, são importantes: acesso ao crédito à habitação, acesso ao ensino dos filhos dos cabo-verdianos. "Acesso de facto." ■



Cabeças-de-listas na roleta do NJC

NOVO JORNAL, 14.10.95

No próximo dia 17 de Dezembro vão realizar-se as eleições legislativas gerais, que vão trazer, com absoluta certeza, um novo cenário parlamentar. Estas eleições gerais vão poder decifrar duas incógnitas importantes: qual vai ser o partido vencedor e se vai haver maioria absoluta ou não.

A estas duas perguntas podem as sondagens dar algumas pistas que nos poderão levar a uma aproximação *maior ou menor* dos resultados do dia 17, *mas não mais do que pistas*, que devido a determinadas circunstâncias envolvendo o eleitorado inquirido, podem até levar a uma despistagem, à semelhança do que aconteceu em alguns países.

Analisando as listas apresentadas em 1991 pelo PAICV e pelo MPD, tendo em conta a evolução política, em particular o surgimento de mais partidos políticos na cena nacional e dispostos a concorrer às eleições de 17 de Dezembro, não se esquecendo também da cisão do MPD, ocorrida há ano e meio, vamos tentar dar nós algumas pistas, baseadas unicamente em especulações nossas — um exercício teórico e académico apenas —, daí podendo descambar em falhas. Uma certeza apenas — não foram ouvidos partidos políticos nem eles nos forneceram pistas.

Um dado fundamental, novo, que caracteriza as próximas legislativas e as distinguem quase que diametralmente das de 13 de Janeiro de 1991, é que deixam de ser disputadas entre o PAICV e o MPD; com a inevitável bipolarização, para passarem a ser disputadas por PAICV, MPD, PCD, UCID e, provavelmente, PSD.

Sendo assim, nos círculos grandes, os de mais de dois deputados, é bom de ver se outras forças poderão, hipoteticamente, *fazer* eleger algum deputado, porque nos pequenos círculos eleitorais, é evidente, a tarefa é muito mais difícil, a não ser num ou noutro caso atípico.

Praia Urbana

Comecemos pela Praia dita urbana. Em 1991, o PAICV apresentou neste círculo como cabeça-de-lista o seu secretário-geral de então, Pedro Pires.

Parece estar fora de questão que o PAICV não apresentará ex-primeiro-ministro na lista da Praia. Não só porque Pedro Pires não tem tido uma acção visível na Praia mas porque, sobretudo, seria mais útil à estratégia do PAICV na ilha do Fogo, mais adiante veremos as razões.

De modo que devia também apostar no actual secretário-geral como número um na Praia. Só que Aristides Lima, em 1991, concorreu na sua ilha natal, e vai querer continuar lá. Porque é preciso que o PAICV mantenha os resultados obtidos na Boa Vista, dois deputados, e Aristides Lima se afigura como o nome de maior peso para lutar pela essa manutenção. Na Praia, ele se

O PAICV pode apostar em Felisberto Vieira para cabeça-de-lista. Patrão do PAICV na Praia, menino da Praia, deputado pela Praia, vice-presidente do grupo parlamentar, é o que está melhor colocado para cabeça-de-lista.

Orlando Mascarenhas, um gestor sempre de sucesso, agora de novo no sector privado e por conta própria, era o número dois na lista de Pedro Pires e parece que preferiria o mesmo lugar a ser o número um.

Com Eduardo Monteiro na lista, Orlando Mascarenhas seria como um travão aos ímpetos desses dois jovens: Felisberto Vieira e Eduardo Monteiro.

Esta lista teria por objectivo aumentar o número de deputados pela Praia e ultrapassar até o MPD.

Como sabe, o partido de Carlos Veiga tinha 8 deputados, o dobro do do PAICV. Com a cisão do ano passado, é mais do que provável que venha a perder alguns destes deputados. Daí que Carlos Veiga seja o mais sério candidato a cabeça-de-lista. Aliás, foi-o em 1991, e para batalhar para que o MPD tenha o menor número de perdas, ninguém melhor colocado do que ele. Menino também da Praia, mas sabrecudo porque primeiro-ministro, Carlos Veiga vai jogar todo o seu carisma para manter o eleitorado do MPD na capital.

Ele podia prescindir de Jacinto Santos porque tem agora, por exemplo, José *Luís Livramento, Agostinho Lopes*, ou outros nomes populares que podem até substituir os que saíram para o PCD.

Certo é também Eurico Monteiro ser o cabeça-de-lista pelo círculo da Praia Urbana pelo PCD. Jorge Teixeira, Abner Ramos de Pina, João Nobre Leite são alguns nomes que poderão acompanhá-lo na Praia.

Em S. Vicente, o PAICV tem que jogar forte para, pelo menos, sacudir a inércia e tentar um terceiro deputado.

Abílio Duarte era o anterior cabeça-de-lista, seguindo-se-lhe Silvino da Luz e Manuel Inocêncio Sousa.

É muito provável que Silvino da Luz, que continuou activo no Parlamento, venha a ser o cabeça-de-lista. Mas outra aposta pode ser Olívio Pires, se bem que para mim Olívio Pires, num círculo em Santo Antão seria mais benéfico para o PAICV. Outro nome pode ser o economista Amílcar Lima, que teve boa prestação nas intercalares de S. Vicente. Não tendo um dirigente nacional de peso e que não pertença à ala dos históricos ou com ela não tenha ombreado no regime anterior, o PAICV pode sentir-se tentado a procurar um cabeça-de-lista fora do partido. Sabendo que não vai perder os dois deputados, mesmo com Onésimo Silveira na lista do MPD, pode querer mais, com ele fora ou neutro.

Daí que um nome fresco pode conseguir aquilo que os dirigentes podem não alcançar.

Onésimo Silveira ou Gualberto do Rosário?

Onésimo Silveira ou Gualberto do Rosário? A indicação de um desses nomes para cabeça-de-lista em S. Vicente depende das negociações que ainda continuam entre o MPD e o Espaço Democrático.

No caso de elas fracassarem, é possível que o actual ministro da Coordenação Económica venha a encabeçar a lista dos candidatos do MPD em S. Vicente.

De toda a forma, Onésimo Silveira é um problema para o MPD, principalmente. Se ele não concorre pelo partido governamental, que atitude tomará? Voto livre? Indicação de voto no MPD? Ou em outro partido?

Da atitude de Onésimo Silveira dependerá muito o "score" eleitoral do MPD. Com Onésimo Silveira fora da jogada eleitoral, o MPD terá muito que suar para conseguir um bom resultado, que seria manter 7 ou 8 deputados. Porque, com a quebra que teve no seu eleitorado, a participação de outros partidos e a abstenção, Gualberto do *Rosário terá a difícil (impossível?)* tarefa de suster as percentagens do seu partido a um nível aceitável. É bom também de se ver que o número dois da lista anterior, Germano Almeida, não está com o MPD e que o terceiro dessa lista, Marino Delgado, pode, eventualmente, não entrar.

O cabeça-de-lista do PCD deve ser o jurista Armindo Gomes. Isso se não concluir nenhum acordo com Onésimo Silveira no sentido deste integrar a lista do PCD para S. Vicente. Menos do que na Praia, é o que espera o partido de Eurico Monteiro, das eleições em S. Vicente. Conseguirá os lugares dos independentes saídos da bancada parlamentar do MPD? É o que tentará conseguir.

Em Santa Catarina, onde se elege 5 deputados, o PAICV tinha obtido um, contra quatro do MPD. O cabeça-de-lista do PAICV era o actual independente David Hopffer Almada. Embora algumas fontes tenham revelado a existência de convite para o ex-ministro integrar a lista do PAICV, como independente, obviamente não é de se esperar que preserve o lugar que ocupou na lista de 1991. O número 2 dessa lista, José Maria Neves, um dos mais influentes dirigentes do PAICV e que tem tido um importante protagonismo nesse partido, quer a nível interno quer no exterior, deve ocupar o lugar cimeiro da lista de Santa Catarina. Outro dirigente — para além do "histórico" (nas listas) Manuel Veiga —, José Maria Veiga, pode reforçar a lista de Santa Catarina.

Esta lista tem que multiplicar os 1974 votos conseguidos em 1991, captando os votos dos descontentes do MPD.

Mas é preciso ver que o PCD já entrou na jogada e pode estragar a festa, com uma lista autónoma que pode ser encabeçada por Lino Públio, seu irmão José Manuel Pinto Monteiro, um ex-membro do governo de Carlos Veiga, ou mesmo Daniel Lobo, dirigente político destacado. Se os três integram a lista pela Santa Catarina, este círculo pode vir a ser uma caixinha de surpresas.

De surpresas também porque Carlos Veiga e companheiros sabem que essa região de Santiago pode ser importante para os resultados globais do MpD.

Carlos Albertino Veiga encabeçou a lista de 1991 nesse círculo. Poderá vir a ocupar o mesmo lugar na lista, onde André Afonso ocupava o 2º lugar. Com um desempenho sim na Assembleia Nacional pode até trocar com Carlos Albertino Veiga. Todavia, o actual ministro da Justiça, santa-catarinense também, pode ser um bom reforço - Pedro Freire tem andado muito pelas achadas de Santa Catarina. Outro nome sonante é José António Pinto Monteiro, ministro da Agricultura. Nomes para encimarem a lista não faltam. Outros nomes podem engordar a lista do MPD em Santa Catarina.

Em S. Salvador do Mundo, Picos, Francisco Morcira Correia, não deverá ser o cabeça-de-lista pela banda do PAICV. Um outro candidato mais novo pode ser o escolhido do PAICV. Quem? Dentro do aparelho não será fácil encontrar um nome local e de peso. Até porque o PAICV não conseguiu eleger um deputado em 1991 e agora sente que tem esta possibilidade.

Possibilidade que poderá ser contrariada por um forte candidato do MpD — Mário Silva. O ministro da Presidência do Conselho de Ministros, se concorrer por esse círculo — outra hipótese forte é ele encabeçar a lista de Santa Catarina, pois a distinção territorial com Picos é ténue —, poderá desequilibrar as coisas e o MpD manter o seu "score" eleitoral na freguesia de S.Salvador do Mundo.

De todo o modo, o PAICV, se tiver um bom cabeça-de-lista, pode ganhar um deputado, particularmente se o PCD apresentar um candidato que roube votos ao MpD.

No Tarrafal de Santiago, o MpD tinha como cabeça-de-lista o médico e então delegado de Saúde naquele concelho, Jorge de Figueiredo, que deixou o partido.

O número dois da lista era o presidente da Câmara Municipal de Tarrafal, Jacinto Furtado. Para cabeça-de-lista, porém, o MpD pode sentir-se tentado a indigitar outro nome. Se optar por seguir a prática do PAICV, poderá colocar como número 1 da lista, um dirigente de peso, como, por exemplo, Helena Semedo. Mas pode optar por outro nome, um tarrafalense e as hipóteses são muitas: Hugo Policarpo Moreno, João de Pina, administrador da Imprensa Nacional, e José Luís Lopes.

Como círculo importante — elege 5 deputados — Tarrafal vai ser alvo de muito investimento dos partidos políticos: o MpD vai querer manter os quatro deputados e o PAICV vai querer aumentar a sua representação, o que a *priori* não parece difícil, já que o método Hondt prejudicou-o um bocado nas anteriores eleições: elegeu um deputado com 2.021 votos e o MpD, com menos do triplo de voto, elegeu 4 deputados.

João Pereira Silva, o tradicional cabeça-de-lista do PAICV e deputado (regressado na última sessão), pode repetir a dose. Mas se o ex-ministro estiver indisponível ou se for deslocado, Mário Lúcio Sousa, advogado e integrante de "Simentera", Rui Semedo, durante algum tempo responsável sectorial do PAICV no Tarrafal e agora dirigente nacional, podem ser possíveis substitutos.

Resta saber se o PCD consegue eleger deputados. Jorge Figueiredo está no Sal. Hermígio Costa parece que vai ser eleito para cabeça-de-lista do partido laranja, ele que ocupava o quinto lugar da lista do MpD nas eleições anteriores, não se fazendo eleger, portanto. Como esteve no Parlamento, pode ocupar o lugar cimeiro da lista do PCD.

Santa Cruz é importante

Outro círculo importante é aquele que conforma Santa Cruz — Santiago Maior/S.Lourenço dos Órgãos. Elegendo cinco deputados, nas eleições de 1991, o PAICV conseguiu um deputado e o MpD obteve quatro. O eleito do PAICV foi, naturalmente, o cabeça-de-lista Olívio Pires, um homem que então dominava o aparelho paicevista.

Este combatente da liberdade da Pátria não deve ser o cabeça-de-lista para Santa Cruz. Deve ceder o lugar a outro. Ramiro de Azevedo, ex-delegado do Governo e que começou a impulsionar o desenvolvimento de Pedra Badejo, seria uma boa indicação.

Antero Veiga, que integrou a lista anterior, não deve subir até ao primeiro lugar até porque não tem sido muito activo. De qualquer das formas, o PAICV tem que arriscar num candidato forte para inverter os resultados até um plano razoável, que seria disputar o 3º deputado.

O MpD pode recorrer ao independente Amândio de Carvalho para comandar a lista de seus deputados. Seria uma repetição. Todavia, o facto de ter levado a sua independência ao ponto de abandonar o grupo parlamentar, pode pesar contra ele. Neste caso, uma outra hipótese é avançar o actual edil de Santa Cruz, Pedro Alexandre Rocha, que, não obstante o cargo que ocupa, tem aparecido na Assembleia Nacional. Seria um candidato natural para encabeçar uma lista que tem de ser bem escolhida. É que da lista anterior alguns já estão fora do MpD, casos de Júlio Barros e João de Pina, o tristemente célebre deputado-tesoureiro.

O MpD pode também ser tentado a recorrer a uma figura pública para fazer pender a balança a seu favor. José António Pinto Monteiro, ministro da Agricultura, numa terra onde a agricultura é ouro e maná, pode ser a saída para conservar ao máximo o número de deputados que o MpD tem nesse círculo.

O PCD não pode contar com Júlio Barros, segundo da lista de 1991 — já não é delegado de Saúde em Santa Cruz. Daí ter de recorrer a um nome da sua lista de técnicos que passaram por Santa Cruz, caso de Lino Públio.

Para S.Domingos (Rural I), o ex-deputado do MpD, Roberto Fernandes, poderá ser o cabeça-de-lista do PCD, lugar que ocupava em 1991 na lista do MpD. José Maria Semedo é outra hipótese muito forte. Ou Eduino Moniz.

O MpD perdeu os seus dois efectivos para este círculo. Recorde-se que Cipriano Semedo Tavares era o segundo deputado pelo círculo.

Assim, podia deslocar Carlos Alberino Veiga, de Santa Catarina para S.Domingos — no caso, *muito provável*, de optar por Mário Silva como cabeça-de-lista de Santa Catarina — e integrar Celina dos Reis Borges na lista de efectivos, se bem que para o equilíbrio necessário seria aconselhável promover alguém de ou que estivesse ligado à freguesia de S.Nicolau Tolentino, já que Carlos Albertino Veiga e Celina dos Reis Borges "pertencem" à freguesia de Nossa Senhora da Luz. Neste caso, o presidente da Comissão Instaladora de S.Domingos, Fernando Jorge Borges, podia avançar.

De toda a forma, não se afigura fácil ao MpD manter os dois deputados do círculo. Caso fosse o escolhido, Carlos Albertino Veiga teria que suar muito para fixar a diferença que separou o MpD do PAICV nas últimas legislativas — 2.830 contra 1.161 — e deixar que o método de Hondt fizesse o resto.

O partido da estrela negra tinha apresentado Bartolomeu Varela como cabeça-de-lista e como número 2 a aguerrida Joana Cabral. É mais de que provável que os dois não integrem a lista por este círculo. Sendo assim, o

Continua na pág. seguinte

Cont. da pág. anterior

Cabeças-de-listas na roleta do NJC

PAICV, que terá como meta roubar um deputado ao MpD, pode apresentar novamente alguém do local, talvez um jovem quadro como, por exemplo, Mário Lima ou Manuel Frederico, um professor e um economista, respectivamente, e ambos membros da Comissão Política do PAICV.

Na Praia Rural (Cidade Velha e S.João Baptista), o MpD tinha apresentado o médico Luis Leite como cabeça-de-lista. Agora é deputado independente e, obviamente, pode candidatar-se pelo PCD, mas o mais provável na Praia Urbana porque Roberto Fernandes, que trabalha ou trabalhou no Gabinete Cidade Velha, e Jorge Teixeira podiam estar melhor posicionados.

Sem o seu cabeça-de-lista anterior, numa jogada dramática, o MpD podia lançar Jacinto Santos, como forma de conservar o seu deputado. Mas o edil praiense não gostaria certamente de correr o risco de não ser eleito — em 1991, MpD 1/PAICV 1, com 1.102 votos, contra 849 do PAICV — e, assim, preferir a Praia Urbana. Entretanto, o partido ventoínha podia avançar para cabeça-de-lista, o engenheiro Francisco Duarte, responsável pelo desenvolvimento da área rural da CMP, que, entretanto, pode aparecer no outro lado, em S. Domingos.

Embora Joaquim Gomes Tavares possa continuar na lista, poderá não ser cabeça-de-lista do PAICV, que desta vez não pode apresentar como número um da lista José Gomes da Veiga, tenente-coronel das Forças Armadas e arredado das coisas políticas. Embora a hipótese Joaquim Tavares não possa ser de todo afastada, o PAICV pode adiantar outro nome, de gente fora das duas freguesias, um técnico provavelmente.

Santo Antão das surpresas

Em Santo Antão existem cinco círculos eleitorais, todos de dois deputados cada.

Em Porto Novo, círculo de S.João Baptista, o ex-ministro Leão Lopes era o cabeça-de-lista do MpD. Desta vez não deve constar da lista, por razões óbvias. O número 2 de então, César Almeida, agora presidente da Câmara de Porto Novo, pode muito bem ascender ao primeiro lugar da lista para as próximas eleições.

Da parte do PAICV, também José-fá Barbosa não deverá figurar na lista. Com possibilidades de roubar um deputado ao MpD, o PAICV não tem um nome sonante no seu aparelho e que seja oriundo do Porto Novo. Daí a possibilidade de recorrer a um independente.

Quanto ao PCD, não se vislumbra daqui um nome. João Nobre Leite? Pode ser uma hipótese e nada mais. Um desconhecido a nível nacional? Provável.

Através de Paul ou Santo António das Pombas, o PAICV tem grandes probabilidades de conseguir meter uma lança em Santo Antão. Dependendo da leitura que fizer dos sentimentos dos paulenses relativamente ao próprio PAICV, este partido pode adiantar o nome de Olívio Pires. Se pudesse convencê-lo actual presidente da Câmara Municipal do Paul, Alcídio Tavares podia vir a ser deputado. Entretanto, Rosendo Pires Ferreira ou Ilídio Cruz podem ser alternativas. Não teriam tarefa muito difícil de, com a diferença de 1991, atingir a meta — a 13 de Janeiro, a votação foi de 1113 para o partido da estrela negra e 2.538 para o MpD. De todo o modo, Amaro da Luz, deve ficar de fora.

Até porque poderiam, eventualmente, enfrentar Júlio Almeida, repetente, ou mesmo Fernando Wahnon Ferreira, ambos efectivos na lista anterior do MpD.

Para o PCD estamos em branco.

Já o mesmo não acontece na Ribeira Grande, onde Jorge Maurício Santos, presidente da Câmara Municipal local, pode ser cabeça-de-lista do círculo eleitoral de Nossa Senhora do Livramento, pelo partido laranja.

O interessante aqui é ver os dois efectivos da lista do MpD, em 1991, a se defrontarem, já que pode ser pacífica a presença de António Jorge Delgado como cabeça-de-lista do MpD.

Com o PCD e o MpD a disputar os dois lugares não será fácil para o PAICV obter um mandato. Se calhar o engenheiro João José Spencer pode substituir Honório Chantre. Armindo Cruz ou Lucas dos Santos (irmão de Jorge Santos) podiam também aguentar a barra.

Quem vai ser crucificado?

Corsino Tolentino pode não ser o cabeça-de-lista para Santo Crucifixo/S.Pedro Apóstolo, até porque é diplomata de carreira. O PAICV não deve apostar forte mas António Pedro Delgado, da Comissão Política, pode ser hipótese para cabeça-de-lista.

Com hipótese de obter um bom resultado, é quase certo a candidatura, no primeiro lugar, de António Maurício dos Santos, desta vez, naturalmente, pelo PCD. O antigo cabeça-de-lista do MpD por este círculo terá a tarefa de roubar um deputado ao MpD.

O partido de Carlos Veiga tem na sua lista anterior alguns dos intervenientes importantes do 31 de Agosto. Será que vai eleger um para cabeça-de-lista? Não vislumbro nomes no partido que possam ser avançados.

O que não acontece com o círculo de Santo André, onde António do Espírito Santo pode ter a missão de manter a elevada diferença de votos que o MpD obteve em 1991, não obstante a interferência do PCD ou da UCID.

Armindo Cipriano Maurício, advogado, pode repetir a dose e surgir como número um do PAICV em Santo André — as hipóteses não são muitas, partindo donde parte: 257 votos contra 1020 do MpD.

Em S.Nicolau, no caso de o MpD puder contar com Onésimo Silveira em S. Vicente, o partido governamental pode indicar Gualberto do Rosário para encabeçar a sua lista no círculo de Nossa Senhora da Lapa, onde não se apresenta como provável a candidatura do presidente da Câmara Municipal de S.Nicolau, João de Deus Lopes da Silva, Júnior. Podia também deslocar Benvindo de Oliveira ou mesmo promover Jaime do Rosário. Neste círculo, o MpD obteve 2 deputados e o PAICV nenhum.

Para este círculo, o PAICV não deve estar a contar com Irineu Gomes, o ex-ministro da Saúde. Nem com o então número dois da lista. Vai avançar com Manuel Júlio Soares ou Celestiano Livramento? Ou avança um quadro como Baltazar Soares Neves.

O embate interessante vai-se dar no outro círculo, o da Nossa Senhora do Rosário, onde provavelmente vão estar frente à frente o presidente e o 2º vice-presidente da Assembleia Nacional.

Na realidade, Amílcar Spencer Lopes teve façanha em 1991, enquanto o seu vice, José Carlos Delgado, conseguiu um deputado, salvando a honra do convento, do PAICV, na ilha.

Ambos devem ser novamente cabeças-de-lista do MpD e do PAICV.

A prova do Fogo

Nos Mosteiros, Ondina Ferreira, carregando agora um estatuto maior, pode apresentar-se como o candidato que vai roubar um deputado ao PAICV. Em Nossa Senhora de Ajuda vai tentar fazer com que se desfaça a boa dupla, e forte, Sidónio Monteiro e Júlio Correia. Neste seu intento, pode ser secundada por Hugo Rodrigues, presidente da Comissão Instaladora do Município dos Mosteiros.

Sidónio Monteiro deve preservar o primeiro lugar. PAICV não deve desfazer a dupla de Mosteiros.

Em S.Filipe e no círculo de Santa Catarina, José Eduardo Barbosa agora é diplomata e o PAICV não dá-de contar com ele. Pedro Pires pode ter a incumbência de fixar o número de deputados do PAICV, o que não seria muito difícil para ele.

Alfredo Teixeira, apesar de independente e dado como pró-PCD e, por isso, ser o provável cabeça-de-lista deste partido, pode ser convidado a integrar a lista do MpD, como independente. No caso de falhar esta hipótese, o MpD pode avançar Fausto do Rosário. No caso de Alfredo Teixeira falhar para o PCD, Leonel Andrade ou Rui Évora são hipóteses para o partido de Eurico Monteiro.

Neste último caso, o lugar de cabeça-de-lista pelo círculo de S.Lourenço pode ser-lhe atribuído pelo PCD, caso Arnaldo Silva, outro deputado independente, optar por outras paragens fora do partido de Eurico Monteiro.

O MpD, apesar das divergências, pode tentar a hipótese Arnaldo Silva, se bem que de difícil concretização. Se quiser manter o deputado tem que optar por um bom candidato.

O PAICV pode avançar o presidente da Câmara de S.Filipe, Eugénio Veiga. Mas Manuel da Luz Alves é uma alternativa partidária e Rolando Lima Barber uma opção extra-partido, o que não deve vingar dado o equilíbrio entre o PAICV e o MpD neste círculo.

Quem parece ficar de fora é o anterior cabeça, João José Lopes da Silva, Jota-Jota. Mas quem sabe?

Na vizinha Brava, círculo S.João Baptista/Nossa Senhora do Monte, Carlos Burgo, economista e deputado, anterior cabeça-de-lista, pode surgir como o número um da lista do PAICV.

O MpD não sabemos se vai apresentar José Maria Gonçalves Barros como cabeça-de-lista outra vez.

De todo o modo, a divisão, em 1991, dos dois deputados entre o MpD (1.244 votos) e o PAICV (1.114 votos) pode ser perturbada pela lista do PCD, sobretudo se Jorge Carlos Fonseca dispensar o comodismo de um lugar, mais ou menos, certo na Praia, para batalhar um mandato na Brava.

Na nossa vizinha ilha do Maio, um círculo onde também se luta por dois lugares na AN, o PAICV, que desta vez não pode contar com Joaquim Pedro Silva (Baró), pode promover Guilhermina M. Tavares a número um. Esta deputada tem tido uma postura muito activa no Parlamento, com intervenções frequentes. Por esta razão não será difícil a promoção.

Terá a tarefa de roubar o deputado ao MpD, já que em Janeiro de 1991, o PAICV obteve 1020 votos contra 762 do MpD.

Este partido vai querer manter o seu deputado e Adalberto Silva (Bitú) pode repetir os resultados do ano passado. E Eugénio Barros? Vai alinhar no MpD ou no PCD?

Círculo de areia

Na Boa Vista, onde o PAICV foi rei e senhor, papando os dois deputados do círculo, Aristides Lima, secretário-geral e anterior cabeça-de-lista pode concorrer por este círculo para manter o status quo do PAICV.

Status também na lista do PAICV com a manutenção de Eutrópio Lima da Cruz em segundo lugar se João Pereira Silva não se candidatar.

Os 529 votos do MpD neste círculo têm que ser aumentados e transformados em um mandato. O anterior cabeça-de-lista não deverá permanecer. José Luis Lima Santos não deve ser o número um.

Ou um independente de peso, Teófilo Figueiredo Silva, ministro, José Pinto Almeida, director-geral dos Desportos, ou um militante mais apagado? MpD tem que recorrer à manga.

No Sal, António da Graça poderá ser substituído por Daniel Spencer como cabeça-de-lista do MpD. Uma personalidade nacional, como Teófilo de Figueiredo, também pode ser recurso para o MpD, que não deverá ter problemas em manter o seu deputado.

O PAICV poderá dizer o mesmo, e Basílio Mosso Ramos bem como Madalena Tavares Silva não deverão ter como meta apenas a conservação do mandato do PAICV, mas alargá-lo a dois.

A subversão dos independentes

Percorridos os círculos nacionais todos, resta dizer que estes prognósticos, feitos unicamente na lógica partidária, podem ainda ser subvertidos por causa do recurso aos chamados independentes. É que os independentes não entraram na linha de conta das apreciações feitas aqui. Por razões óbvias, nem podiam.

Em alguns círculos, em particular lá onde não há um nome de ressonância nacional, ou em que há uma figura aparentemente que é muito popular, os partidos vão agarrar a esses independentes para fazerem valer os seus objectivos eleitorais. Por esta razão, muito do que foi dito neste trabalho, pode ser adulterado pela presença de independentes nas listas.

Outra curiosidade é saber até que ponto o MpD vai lançar mão dos elementos do governo para tentar desequilibrar as coisas em seu favor. Quantos vão entrar nas listas, em que lugar vão entrar e para que círculo eleitoral poderão concorrer?

Já vimos que Carlos Veiga deve ser o cabeça-de-lista pela Praia Urbana. Neste círculo podem entrar ainda José Tomás Veiga e José António dos Reis.

Helena Semedo pode entrar aqui como noutro círculo agrícola ou onde a pesca tem um peso relativo: Santa Cruz, Maio...

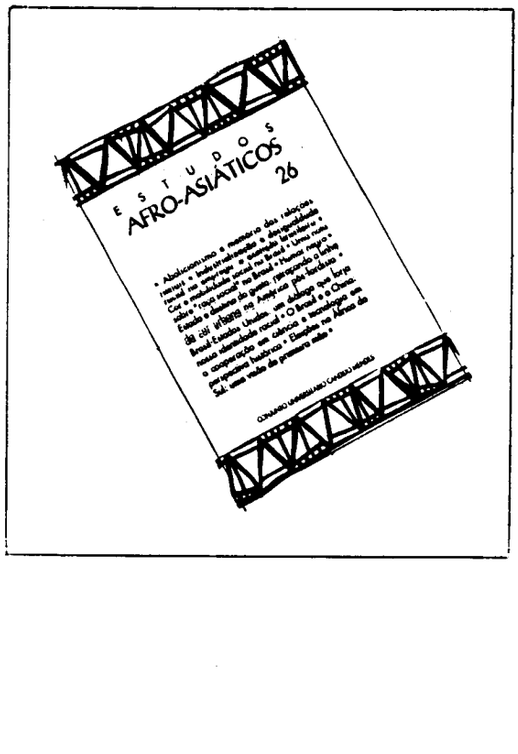
José Luis Livramento pode entrar na Praia mas seria exaustivo ter ministros a mais, embora se trate da capital do país. Tarrafal, Boa Vista ou outro círculo pequeno podem ser alternativas Praia Rural, p.ex.

Ondina Ferreira pode ficar nos Mosteiros, enquanto José António Pinto Monteiro tem Santa Catarina como hipótese mais crível, embora Santa Cruz não seja desprezível.

Teófilo Figueiredo Silva como independente, no caso de aceitar ir para o Parlamento, tem um leque de escolhas: Praia, S.Vicente, Sal e Boa Vista.

Pedro Freire, tudo indica, tem Santa Catarina no caminho, bem como Mário Silva, se bem que Picos São Salvador do Mundo seja outra hipótese.

Se Pascoal Silva dos Santos pode, eventualmente, concorrer por Boa Vista ou S.Vicente, já Úlpio Fernandes Napoleão e Ulisses Correia e Silva não parecem, por enquanto, fadados a integrarem uma lista de candidatos. Mas isso não é certeza. Só os partidos políticos têm, neste momento, as certezas. E nem em todos os círculos.



BARÓMETRO POLÍTICO

RUI PEREIRA

NOVO JORNAL, 14.10.95

Os senhores do pós-91

VAI para um ano, tinha escrito uma série de artigos, neste bi-semanário, sob o género de análise política, e numa continência ao jornalismo político sobre as cinco figuras que perfilavam como protagonistas influenciadores do barómetro político nacional para as eleições de 95/96.

Tratando-se, esta, da época que dá acesso imediato ao início do segundo "round" geral de eleições livres e democráticas na história da sociedade cabo-verdiana, entendi oportuno trazer semanalmente, a este espaço, balanços e previsões, tendo como base "os mais e os menos" dos Partidos e Políticos, e seguindo-se o método de pontuações -isto de zero a vinte valores- de acordo com as ***performances*** de cada um. Note-se que se trata duma coluna crítica que, apesar de se valorizar aquilo que jornalisticamente se entender melhor e bom para "Cabo Verde real" e não aquilo que for da estricta conveniência dessa ou daquela "realidade político-partidária", não deixa de ter algo de opinativo.

Assim, semanalmente teremos este "Barómetro Político" por onde passará, de forma abreviada, um certo pulsar da vida política nacional. E independentemente dos vários ângulos de leitura que o ambiente político nacional que cada um poderá fazer, a pergunta que se levanta nesta primeira edição consiste: *Afinal, quais os senhores do pós-91?*

*** Carlos Veiga** — 14 (catorze) valores:

Com quase cinco anos de governação, é de se convir que Carlos Veiga já dobrou todos os cabos das tormentas. Bateu-se no interior do partido e ganhou. Soube suster às adversidades existentes nos primeiros tempos com Mascarenhas Monteiro, acabando por eliminar à hipótese de dissolução da Assembleia. Resistiu ao cerco hostil e às armadilhas montados pela oposição, jogando muitas cartas decisivas no plano da determinação e ousadia políticas. Parece ter vencido os efeitos, no plano nacional, duma das crises económicas que assola o mundo, pondo de pé um programa económico e social com muito de inovação, apesar dos defeitos e riscos inerentes. Numa altura em que está prestes a ser julgado no exame final das próximas eleições, e pese algum desgaste e enfraquecimento, não existem dúvidas de que Carlos Veiga é o político mais bem posicionado para ganhar. Pois, mantém ainda a um nível muito forte os seus principais "handicaps": instinto pessoal para o sucesso; credibilidade e popularidade junto das massas. A chave decisiva das próximas legislativas está nas suas mãos. Não é, de forma nenhuma, descabido considerar que seria um erro gravíssimo caso avançasse para as próximas presidenciais. Os 14 (catorze) valores cabem-lhe muito bem, como balanço. Entretanto, independentemente de qualquer resultado que vier a conseguir em Dezembro próximo, terá a grande responsabilidade de alterar profundamente as lógicas organizativa e de liderança do MPD. E tudo mais, é prudente aguardar-se pelo sufoco da campanha eleitoral.

*** Aristides Lima** — 11,5 (onze e meio):

A.L. começou, enquanto líder partidário, como um político sem pergaminhos. Se nos primeiros momentos pesou nos seus ombros a imagem histórica de Pedro Pires, aos poucos tem vindo a crescer de popularidade. Está, pois, com confiança, e com bastante voluntariedade no discurso político. Vai ficando a ideia de que a aproximação circunstancial que anima o PAICV do PCD (ou o vice-versa) tem vindo a dar algum fortalecimento pessoal ao Aristides Lima em detrimento de Eurico Monteiro. Por outro lado, reconhece-se que A.L. tem assumido, ao longo da presente legislatura, como uma das figuras de maior presença na Assembleia Nacional - apesar de, na maior parte das vezes, ser questionável a eficácia dos estratagemas adoptados, isto é, se os mesmos têm revertido a favor da credibilidade do PAI. Nesta altura, a sensação que se tem é que Aristides Lima está colocado como um político que pode vir a ser influente no sistema no pós-95/96. Mais, crê-se que a verdadeira ascensão do PAICV acontecerá depois das próximas eleições, caso souber manter o seu actual líder, mas dentro dum calendário político cientificamente elaborado, e obedecendo, realmente, às grandes alterações que o partido tem vindo a reclamar. Esta é uma projecção que encontra alguma lógica, se se olhar, por exemplo, para o PAICV quando foi entregue ao A.L., em que se confrontava com uma espécie de falência doutrinal, corroído na sua base de adesão popular. Entretanto, embora não tenha encontrado o adequado posicionamento, estratégia para o crescimento, paira no ar alguma expectativa de "engrossamento", a partir das próximas eleições gerais. Daí o valor positivo que hoje se atribui a A.L., amealhado no pós-91. Aguardemos, todavia, como vai evoluir o seu comportamento nestes dois/três meses de campanha eleitoral.

*** Mascarenhas Monteiro** — 13 (treze) valores

De facto, Mascarenhas Monteiro, como Presidente da República de Cabo Verde, marcou, globalmente, e no decurso do pós-91, como uma figura que fez tudo para se revelar imparcial e equidistante. Verdade seja dita, conseguiu cumprir, a um nível bastante satisfatório: não dificultou o Governo, não alimentou a instabilidade do sistema, não induziu à conflitualidade social, e foi sempre ponderado em relação às posições que a oposição lhe apresentavam (ou seja, não comprometendo ninguém, deixando as coisas sempre para o embate dos partidos e seus actores).

Agora, avaliando M.M. como um político, ficam todas as certezas de que não foi (e nem é) um político influente. Peca por não ter carisma político, nem corresponde a uma imagem doutrinal e surpreendentemente mobilizadora.

Mas, o sentido de estabilidade confere-lhe, hoje, uma posição de confiança junto do homem comum, o que lhe permite apresentar-se como o grande candidato para o cargo que ocupa actualmente, ante as próximas presidenciais de 96. O resto dependerá da maneira inteligente como conseguir entabular alianças com as forças políticas que lhe parecem mais próximas. Realmente, o balanço global, às portas das segundas eleições livres gerais, é-lhe justo um nível de suficiente mais.

*** Onésimo Silveira** — 10,25 (dez valores e vinte e cinco)

À hora em que estou a fazer este trabalho, vai ficando, em mim, uma certa dúvida: Quem foi o quarto Senhor do pós-91? Onésimo Silveira? Eurico Monteiro? Jacinto Santo?

Não, definitivamente, O.S. foi (é) o quarto Senhor, exactamente por recair nele, nesta importante altura pré-eleitoral, o efémero trunfo de todas as forças partidárias nacionais lhe prestarem respeito, solicitando-lhe colagem e apoio expresso para o círculo de S.Vicente. Realmente isto dá-lhe muito valor, pela consciência (será uma mera consciência virtual?) de que é a grande figura de S.Vicente, provado pelas últimas eleições intercalares nessa ilha. No fundo, S.Vicente se coloca como um peso que pode desequilibrar as próximas eleições a favor de quem tiver do seu lado um Político que sabe fazer uso da arma do "regionalismo vicentino". Mesmo que as pessoas estejam firmes de O.S. se tratar duma figura simplesmente instável, melhor: quando, ao mesmo tempo, há sensação de que "está com este e está com aquele"; de que está com todos e não está com ninguém.

Para ele, Onésimo, importa nesta altura estar com a pessoa certa. De facto, um grande jogo, que também, por vezes, torna-se necessário na política. Daí a nota positiva.

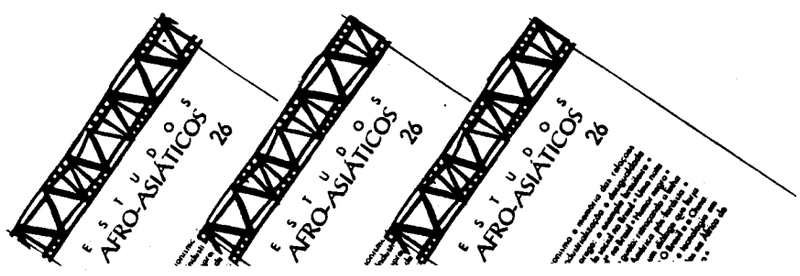
*** Eurico Monteiro** — 10 (dez valores)

Eurico Monteiro é, acima de tudo, o símbolo daqueles que estão radicalmente descontentes com o MPD. Isto mais que o PAICV, já que os do PAI já o eram nas eleições de 1991, por profundo amor ao partido de Pedro Pires.

E.M. saiu do MPD por profundo erro táctico -por não ser nem cauteloso nem paciente como manda o instinto da liderança- e, daí, toda a queda de notoriedade. Apesar de sonhar com um resultado que lhe permita sair do próximo embate eleitoral como a chave do sistema, com franqueza, E.M. tem um difícil desafio: em busca de evitar o afastamento do poder dalgumas pessoas de reconhecida qualidade que estão com ele (pelo que estão demasiado confiantes no PAICV), por um lado; conseguir uma sólida convergência para evitar o esvaziamento por parte dos outros partidos, isto por outro lado.

Não há dúvidas que foi, durante o tempo que esteve no MPD e no decurso da existência do PCD, uma figura que representou uma certa audiência nacional. Conseguirá os seus intentos, na próxima ronda eleitoral? Impedirá, na prática, que o MPD chegue a uma maioria absoluta? Se essas miragens são falíveis ou não, só o saberemos, em concreto, depois de Fevereiro de 1996, isto segundo o calendário eleitoral. Outrossim, a questão é de se acreditar em tempo próprio qual foi a análise mais próxima da realidade.

Na próxima edição estarei com as três figuras mais cotadas dos principais partidos.



A mensagem que Sam Nujoma trouxe esta semana a Portugal

Namíbia é um novo Eldorado

ALFREDO CUNHA

PÚBLICO, 13.10.95

O Presidente Nujoma em Belem, com Mario Soares

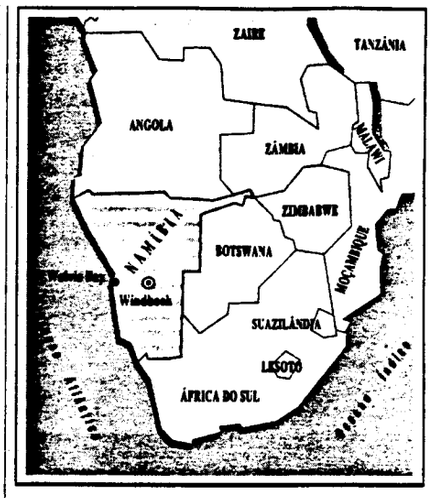
Jorge Heitor

A mensagem que o Presidente Nujoma trouxe a Lisboa e ao Porto é a de que o seu vasto país deve ser visto por todos os potenciais investidores e homens de negócios como um novo Eldorado, verdadeira porta de entrada num mercado de 120 milhões de consumidores. Portugal está pronto a enviar para Windhoek o seu primeiro embaixador.

"Vinde amigos, vinde irmãos! A Namíbia é muito grande e tem uma localização estratégica, entre Angola e a África do Sul. Invistam numa região de êxito, onde há diamantes, ouro, prata, cobre, chumbo e urânio. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) oferecevos grandes oportunidades", foi assim que falou nos últimos dias o Presidente Sam Nujoma, dirigindo-se aos portugueses.

"A Namíbia [um pouco maior do que Moçambique] tem muitos recursos e muito pouca gente para os aproveitar. Muito pouco pessoal devidamente preparado para as suas tremendas oportunidades económicas; mas boas infraestruturas e excelente capacidade de entrada num mercado que totaliza 120 milhões de consumidores", disse quinta-feira à noite o visitante durante um jantar em Lisboa. E ontem foi ao Porto repetir a mensagem, antes de seguir para Nova Iorque, a discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas.

"A África precisa bem de exemplos como este, exemplos de paz e de estabilidade, exemplos de um país que soube abrir a sua vida económica à cooperação com o exterior", comentou o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Namíbia, António Cardoso e Cunha, comissário da Expo 98.



"A Namíbia, independente desde 1990, é uma lição para grande parte da África", não se fartou de dizer Cardoso e Cunha, durante o seminário de quinta-feira num hotel de Lisboa e no jantar que se lhe seguiu, em honra do Presidente Nujoma, que esteve quatro dias em Portugal, em busca de apoios para o desenvolvimento do antigo Sudoeste Africano, onde o Produto Interno Bruto per capita ronda os 1 500 dólares. Muito superior ao de um Egipto ou de um Paquistão.

Embaixador

Quem já esteve presente nos diversos actos da visita de Nujoma foi o primeiro embaixador de Portugal na Namíbia, António Antas de Campos, que no mês de Dezembro deverá apresentar as suas credenciais em Windhoek.

"A Namíbia serve de trampolim para os negócios com Angola", lembrou no seminário o ministro do Comércio e Indústria, Hidipo Hamutenya, que se encontrava acompanhado pelo vice-ministro das Pescas e Recursos Marinhos, Abraham Iyambo, e pelo secretário permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Andreas Guibeb.

"A Namíbia é uma base para entrar no sul de Angola", sublinhou outro dos elementos da comitiva, o empresário de actividades turísticas Aníbal Rego, que há cinco anos trocou a sua África do Sul natal pelas novas potencialidades do país de Nujoma, onde há apenas um milhão e meio de habitantes para uma vastidão de 824 292 quilómetros quadrados, recheada de minerais.

"Há a possibilidade de se formarem joint-ventures entre portugueses e sul-africanos, na Namíbia, enquanto se espera um bocadinho mais pela evolução da situação em Angola; [pois] os sul-africanos vão ter que investir na indústria dos países da região e a Namíbia é a ponte da África do Sul para Angola", defendeu Carlos Raposo, outro empresário de origem lusitana radicado em Windhoek.

Como que por acaso, em toda esta vasta teia de relacionamentos Portugal-Namíbia-Angola-África do Sul, o vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria dirigida por Cardoso e Cunha é o presidente da Câmara Portugal-África do Sul, Enrique Santos, do Banco de Fomento e Exterior, BFE, e o presidente da Assembleia Geral é o comendador Horácio da Silva Roque.

Aliás, ao ouvirem-se os apelos para a recuperação do sul de Angola [Cunene, Namibe, Huíla, Cuando Cubango...] a partir da fronteira da Namíbia, que fica mais perto do que Luanda, não se pode esquecer que no jantar oferecido quinta-feira a Nujoma estavam presentes o comendador, proprietário do semanário "O Século de Joanesburgo", e sua mulher, a catedrática Fátima Roque, da Comissão Política da UNITA.

"Não haverá internacionalização da economia portuguesa enquanto as fábricas portuguesas não forem para outros países. Não é só com o comércio que se desenvolve uma economia", preconizou o presidente do município de Walvis Bay, Manuel de Castro, personagem de que se trata no texto abaixo.

O tom geral dos discursos que foram feitos durante a visita de Nujoma assentou na premissa de que os portugueses devem continuar virados para Sul e de que a África não é só Angola e Moçambique, mas também a Namíbia, que se encontra muito bem organizada, tem excepcionais recursos e concede benefícios de vária ordem a quem os queira explorar.

O país tem muito mais bois, ovelhas e cabras do que pessoas, um mar rico em sardinha, anchova, cavala e outras espécies, a quarta produção mundial de diamantes, a quinta de urânio, reservas de gás natural e muitas outras potencialidades de enriquecimento, entre as quais se encontra o turismo.

Em 1991, primeiro ano completo que decorreu após a proclamação da independência, a Namíbia recebeu 134 mil turistas sul-africanos, 29.600 alemães e 10.200 britânicos, aos quais se apresentou como "uma terra onde as montanhas são feitas de areia e as planícies se alargam até ao horizonte. Um lugar onde a Natureza e o Homem conspiram para mostrar como é que o mundo era na aurora da Criação". ●

O PROTAGONISTA

Do Machico a Walvis Bay

PÚBLICO, 13.10.95

"NA NAMÍBIA não há racismo. Os cinco ou seis por cento de brancos constituem a classe mais afluente. A indústria e o comércio estão basicamente nas mãos dos brancos. Não há qualquer discriminação contra os cidadãos de origem estrangeira", disse ao PÚBLICO o presidente do município de Walvis Bay, Manuel de Castro, nascido há 44 anos na zona madeirense do Machico.

"O meu pai era pescador de lagosta e foi em 1952 para o Sudoeste Africano. A família juntou-se-lhe no início da década de 60. Passei os primeiros tempos em Luderitz Bay, fiz estudos secundários no Cabo, cursei Economia por correspondência, não tendo chegado a acabar o curso, fui para Walvis Bay em meados da década de 70, dediquei-me à pesca, tornei-me armador, criei empresas", assim resumiu a sua vida este elemento da comitiva do Presidente Nujoma.

"Como era adepto e sócio do partido (a SWAPO, maioritária), fui eleito em Agosto de 1994 para a primeira vereação escolhida após a integração daquela cidade portuária no todo namibiano e este ano voltei a ser escolhido pelos restantes edis para ficar à frente da autarquia", contou este homem baixo e ruivo de quem o chefe de Estado da Namíbia se serve para demonstrar que não tem o mínimo ressentimento em relação aos brancos.

"Aliás, temos também um branco, de origem alemã, como mayor de Windhoek, a capital", recordou Manuel de Castro, segundo o qual "só a apatia dos portugueses é que faz com que percam muito mais oportunidades na Namíbia. Os espanhóis souberam negociar com as companhias namibianas e têm 50 por cento do lucro de tudo o que ali é pescado, enquanto os portugueses vão a Vigo comprar a pescada oriunda da Namíbia".

MANUEL
MAYOR O

E CASTRO
/ALVIS BAY

"As oportunidades são imensas. Necessitamos de processar localmente o peixe, em vez de o exportar a granel. Apelo aos investimentos de Portugal. Nas pescas, nos estaleiros navais, na joalharia. Estamos tão perto de Angola... E há boas estradas até à fronteira!", insiste o presidente do município de Walvis Bay, um madeirense naturalizado namibiano e que teve a perspicácia de se tornar na altura certa "adepto e sócio" do partido de Nujoma. ●

Cabinda

Lisboa convidada a ter a palavra

PÚBLICO, 14.10.95

ALGUMAS FORÇAS que defendem a independência da província angolana de Cabinda reuniram-se nos últimos dias em Brazzaville, no Congo, e disseram que Portugal tem de ter uma palavra na resolução do conflito que as opõe a Luanda.

Diversas facções que pretendem a autodeterminação recordam o Tratado de Simulambuco, que em 1 de Fevereiro de 1885 "integrou o território de Cabinda na nação portuguesa", baseando-se nele para defender agora uma solução negociada trilateralmente: entre os naturais, as autoridades angolanas... e os representantes a indigitar por Lisboa.

A direcção político-militar da FLEC-FAC, facção presidida por Henriques Nzita Tiago, residente em Paris, condicionou entretanto a assinatura de uma trégua com as Forças Armadas Angolanas à realização de uma mesa-redonda entre todos os grupos de Cabinda. E a verdade é que na reunião desta semana

Continua na pág. seguinte

Savimbi está na África do Sul

PÚBLICO, 14.10.95

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, que estabeleceu este ano com o chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, um pacto para a estabilidade do país, encontra-se este fim-de-semana na África do Sul, onde ontem foi recebido à chegada pelo primeiro vice-presidente, Thabo Mbeki, do ANC.

Savimbi, que vinha do Zimbabwe, disse que hoje pedirá apoio político ao Presidente Nelson Mandela, pois é preciso que todos continuem a ajudar para que a paz se mantenha em Angola, no cumprimento do Protocolo de Lusaca, assinado em Novembro do ano passado.

Interrogado sobre a controversa presença em solo angolano de indivíduos que a UNITA considera mercenários sul-africanos a soldo do Estado até agora monopolizado pelo MPLA, Mbeki afirmou que a legislação existente é insuficiente para os obrigar a regressar: "Sabeis a posição do Governo quanto ao assunto. Eles nunca deviam era ter ido...".

Jonas Savimbi esclareceu em Pretória, segundo a agência Lusa, que só tenciona voltar a Luanda depois de se

Jonas Malheiro Savimbi

formar, no próximo ano, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional; mas admitiu que dentro de dois meses os deputados do Galo Negro já possam ir ocupar os lugares para que foram eleitos em 1992.

O líder da UNITA informou que a seguir visita a Zâmbia e que em Novembro se desloca à Namíbia, a fim de conferenciar com o Presidente Sam Nujoma, depois de uma viagem deste que engloba, designadamente, Portugal, a sede das Nações Unidas e o Brasil.

Jonas Malheiro Savimbi fez questão de acentuar que todas as suas actuais deslocações estão a ser feitas com o objectivo muito claro de dizer a toda a gente que jamais voltará à guerra e que desta vez a reconciliação nacional deverá ser mesmo uma realidade, não se repetindo de forma alguma o grande desastre que foi o reatar das hostilidades após as eleições de há três anos, ganhas pelo MPLA.

"Os miúdos"

Quando lhe perguntaram se é mesmo verdade que deverá vir a ser um dos vice-presidentes previstos para Angola, o velho guerrilheiro esclareceu que a partir de Janeiro o Presidente José Eduardo dos Santos deverá escrever uma carta a formalizar o convite à UNITA para tal posto. Se o partido o nomear então a si para o cargo, muito bem, será como em Luanda se espera. Mas também poderá acontecer de outro modo: "Se os miúdos quiserem receber o lugar, vão-me dizer".

Ou seja, para o sexagenário Jonas Malheiro Savimbi, "o mais velho" do Planalto Central, há sempre uma prática democrática possível nas fileiras do célebre movimento de oposição armada ao MPLA; e poderá até haver mesmo uns "miúdos" com veleidades de ocupar altos cargos na Administração Central angolana.

Saber se Savimbi é ou não a escolha clara e definitiva do partido para uma das vice-presidências da República tem vindo a ser, aparentemente, nos últimos meses, um dos tabus mais queridos à UNITA. Mas a verdade é que, do outro lado da barreira, os herdeiros políticos de Agostinho Neto também não querem de forma alguma confirmar quem é que poderão indigitar para número dois de José Eduardo dos Santos: Fernando José Van-Dunem, Lopo do Nascimento, Marcolino Moco, João Lourenço?

Enquanto isto, o representante da UNITA em Portugal, Isaac Wambambe, enviou a José Lamego uma mensagem de felicitações pela sua nomeação como secretário de Estado da Cooperação, no Governo de António Guterres. O texto refere os conhecimentos que aquele jurista tem de Angola e da sua História como dados positivos para o bom relacionamento entre os dois países. ■ **J.M.**

Continua na pág. seguinte

Lisboa convidada a ter a palavra

em Brazzaville não participaram a FLEC-Renovada, de José Tibúrcio Tomás Lemba, nem a Frente Democrática, de Norberto Itoula.

A FLEC-Renovada já o mês passado assinou com Luanda uma trégua de quatro meses, perpetuando assim as velhas fricções que desde há muito se registam entre todos aqueles que dizem querer vasta autonomia para Cabinda, indo mesmo ao ponto de pensar na independência da província, rica em petróleo.

A personalidade que nas últimas semanas se tem mostrado mais intransigente para com Luanda e toda a ideia de compromisso é o "comandante António Lopes", representante da FLEC-FAC em França, que inclusive escreveu ao director-geral da Chevron U. K., acusando esta companhia com sede em Londres de "entravar a independência total de Cabinda".

Lopes usa papel timbrado do "Governo Provisório da República de Cabinda", recorre às palavras de ordem "Trabalho, Justiça e Paz" e diz ser "justificável que os cabindeses utilizem qualquer tipo de meios para defender o interesse da nação e criar as condições da sua prosperidade".

Segundo ele, a produção na zona petrolífera de Malongo, só por si, vale diariamente sete milhões de dólares, mas há ainda no território diamantes, urânio, ouro e madeiras de grande valor. ■

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Belisa Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto.

Correspondências devem ser encaminhadas à **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155.** WE ASK FOR EXCHANGE.